

ORGANIZADORA
ANA TAÍS MARTINS

INFOCOMUNICAÇÃO

MEIO AMBIENTE

TRAJETÓRIAS FRONTEIRAS

METODOLOGIA DE PESQUISA
EM COMUNICAÇÃO

CORPORALIDADES temas, PERSONA
heurísticas,

RADIOJORNALISMO objetos IMAGNÁRIO
POLÍTICA

TEMPORALIDADE

SÃO PAULO • 2021 •



pimenta
leites

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2021 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2021 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - CC BY-NC (CC BY-NC-ND). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural. O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Airton Carlos Batistela <i>Universidade Católica do Paraná, Brasil</i>	Breno de Oliveira Ferreira <i>Universidade Federal do Amazonas, Brasil</i>
Alaim Souza Neto <i>Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil</i>	Carla Wanessa Caffagni <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Alessandra Regina Müller Germani <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Carlos Adriano Martins <i>Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil</i>
Alexandre Antonio Timbano <i>Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil</i>	Caroline Chioquetta Lorenset <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Alexandre Silva Santos Filho <i>Universidade Federal de Goiás, Brasil</i>	Cláudia Samuel Kessler <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil</i>
Aline Daiane Nunes Mascarenhas <i>Universidade Estadual da Bahia, Brasil</i>	Daniel Nascimento e Silva <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Aline Pires de Moraes <i>Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil</i>	Daniela Susana Segre Guertzenstein <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Aline Wendpap Nunes de Siqueira <i>Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil</i>	Danielle Aparecida Nascimento dos Santos <i>Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil</i>
Ana Carolina Machado Ferrari <i>Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil</i>	Delton Aparecido Felipe <i>Universidade Estadual de Maringá, Brasil</i>
Andre Luiz Alvarenga de Souza <i>Emill Brunner World University, Estados Unidos</i>	Dorama de Miranda Carvalho <i>Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil</i>
Andreza Regina Lopes da Silva <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Doris Roncareli <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Antonio Henrique Coutelo de Moraes <i>Universidade Católica de Pernambuco, Brasil</i>	Elena Maria Mallmann <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>
Arthur Vianna Ferreira <i>Universidade Católica de São Paulo, Brasil</i>	Emanoel Cesar Pires Assis <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Bárbara Amaral da Silva <i>Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil</i>	Erika Viviane Costa Vieira <i>Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil</i>
Beatriz Braga Bezerra <i>Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil</i>	Everly Pegoraro <i>Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil</i>
Bernadette Beber <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Fábio Santos de Andrade <i>Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil</i>

Direção editorial Patricia Biegging
Raul Inácio Busarello

Diretor de sistemas Marcelo Eyng

Diretor de criação Raul Inácio Busarello

Assistente de arte Lígia Andrade Machado

Imagens da capa Pikisuperstar - Freepik.com

Editora executiva Patricia Biegging

Assistente editorial Peter Valmorbidia

Revisão Autores(as)

Organizadora Ana Taís Martins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T768 Trajetórias de pesquisa em comunicação: temas, heurísticas, objetos. Ana Taís Martins - organizadora. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. 268p..

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5939-083-0 (brochura)
978-65-5939-084-7 (eBook)

1. Comunicação. 2. Imaginário. 3. Semiótica. 4. Recepção.
5. Jornalismo. I. Martins, Ana Taís. II. Título.

CDU: 659

CDD: 652

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.847

PIMENTA CULTURAL

São Paulo - SP

Telefone: +55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 1

6

Anna Cavalcanti
Cida Golin

A TEMPORALIDADE DO JORNALISMO CULTURAL SOB A PERSPECTIVA BENJAMINIANA

INTRODUÇÃO

A ideia contemporânea de presentismo, abordada por Hartog (2005), reflete, sob o referencial de um presente inesgotável, a maneira de pensar e viver o tempo noticioso, amplamente focado no agora. No campo jornalístico, segundo Wahl-Jorgensen (2019), o presentismo significa que estamos muito bem informados sobre eventos, tendências e histórias recentes por meio de apurações que nos fornecem “instantâneos”. De acordo com a autora, sabemos menos sobre as mudanças de longa duração e mais sobre eventos que circunscrevem um sentido temporal da imediaticidade. Percebemos, por meio disso, a tendência em abordar o jornalismo sob um único viés temporal, relativo à aceleração e à simultaneidade entre fatos e notícias.

A ideia de presentismo nos confronta com o desafio de identificar a sobrevivência do passado e não o interpretar apenas como uma extensão do agora. A contínua emergência do presente invariavelmente revela que há aspectos da experiência histórica que foram obstruídos ou esquecidos. É possível perceber isso a partir do vocabulário empregado para se referir ao passado, frequentemente referido como algo “latente”, que “assombra” e tem “presença”. Portanto, entendemos que passado e presente não ocupam territórios distintos, mas constituem coletivamente um campo dinâmico, de fortuita tensão a qual muitas vezes fica submersa na compreensão da temporalidade jornalística.

Neste artigo⁴⁷, intentamos acomodar uma variedade maior de configurações temporais na linearidade cronológica ao propor uma forma de desafiar o presentismo no campo jornalístico por meio de uma abordagem mais densa e friccional entre passado e presente.

47 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Nessa perspectiva, trataremos com mais especificidade do jornalismo cultural, um segmento de dimensão temporal particular que convoca uma mediação constante com o passado em seu papel de intérprete e de crítico, o qual exploraremos com maior veemência aqui. Para isso, consideramos o pensamento do filósofo Walter Benjamin, com quem buscamos construir um diálogo enfático ao longo deste artigo. O autor, atravessado pelo materialismo histórico, rejeitou a causalidade mecânica que atualiza sistematicamente o passado em presente e propõe um olhar crítico sobre a historiografia progressista e anacrônica.

Essa leitura benjaminiana a qual ensejamos corresponde a um excerto do referencial teórico da tese intitulada “A temporalidade da memória no jornalismo cultural”, defendida em abril de 2020 e desenvolvida dentro das atividades do Laboratório de Edição, Cultura e Design do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (LEAD/UFRGS). Questionando leituras e possíveis usos da obra benjaminiana no campo dos estudos de jornalismo, reconduziremos textos amplamente difundidos do autor, como as teses “Sobre o Conceito de História” e “O Narrador”, para um diálogo mais próximo sobre a temporalidade narrativa do jornalismo. Buscando novas interlocuções, recuperamos alguns textos que estão reunidos em uma edição inglesa ainda sem tradução no Brasil, entre eles: “Journalism” (1927), “The Newspaper” (1934), “A Critique of the Publishing Industry” (1930) e “Karl Kraus” (1931).

A CRÍTICA DA CULTURA PELO MATERIALISMO HISTÓRICO BENJAMINIANO

De forma direta ou transversal, Benjamin perpassou criticamente muitos temas ao longo de sua vida, consolidando uma

obra extremamente rica e fortuita à pesquisa em diversas áreas. Fazendo sobressair de forma mais direta seus escritos que contornam a imprensa e o jornalismo, buscaremos apreender uma análise crítica sobre o presente e, por meio dela, a possibilidade de uma apropriação processual da herança do passado. Para pensar a cultura e o jornalismo, Benjamin parte de uma crítica à temporalidade progressista e à hegemonia cultural em função de desvelar como presente e futuro destituíram da memória sua capacidade de reivindicar o passado e, também, do jornalismo seu poder de processualizar a cultura.

A produção de conteúdo no âmbito cultural se apresenta sob um duplo foco polarizador, o qual oscila entre a informação e a reflexão crítica. Muitas vezes, a narrativa informacional acaba se sobrepondo, tornando-se mais representada, enquanto a crítica, ancorada na produtividade jornalística, perde espaço em favor da objetividade. Benjamin, ao analisar a informação enquanto advento da comunicação moderna, reconhece nessa narrativa uma característica que é significativamente temporal: a verificabilidade imediata.

A capacidade de lermos uma notícia e ela ser imediatamente compreensível diz respeito a fórmulas de exatidão e objetividade as quais o autor já observava em comparação à narrativa oral, ancestral, de relatos antigos. Assim, a fórmula de autoridade na qual a narrativa jornalística se estrutura é radicalmente distinta da narrativa ancestral, pois ela se dá por meio da factualidade e não pela abertura à reflexão. A informação, como uma narrativa a priori fechada, um produto jornalístico, passa a ser vista como mercadoria, acionando a temporalidade da vivência (Erlebnis) no capitalismo.

Partindo da perspectiva materialista, Benjamin pensa a cultura – também produzida em âmbito jornalístico – vinculando-a às formas hegemônicas de historicidade. Na VII das teses “Sobre o conceito de história”, o autor propõe essa relação explícita entre cultura, memória e história ao dizer que “não há documento de cultura que não seja

também documento de barbárie” (BENJAMIN, 2016, p. 12). Esses documentos, como narrativas enunciativas da barbárie, anunciam a história dos vencedores sob uma perspectiva parcial, unilateral, e são replicados pela factualidade da história tradicional. O patrimônio cultural, assim, torna-se um produto que corresponde a necessidades específicas dos produtores do capital, responsáveis pela temporalidade contemporânea – a qual destituiu a processualidade inerente à cultura.

Ao entender a cultura, e seu patrimônio, como uma coleção de despojos do passado, apagamos o potencial do seu conteúdo de trazer uma tensão com o presente, a qual deve ser objetivo de retomada do materialismo histórico. É a partir disso que Benjamin assinala que essa transformação da cultura em mercadoria, em produto, significava também uma modificação profunda na forma com a qual nos relacionamos com o presente e com os usos e desusos do passado. É partindo dessa relação que criamos uma percepção sobre o que julgamos como legado cultural.

Quando pensamos a cultura unicamente a partir dos valores ditos do passado, tradicionais e eternos, fortalecemos as certezas do cânone, da cultura dominante. Essa cultura, ou patrimônio cultural, quando entendida como um inventário, ganha um valor atemporal; contudo, enquanto “despojos” carregados pelo tempo, esse patrimônio também se autodeclara como um passado embalsamado, imutável, engavetado. O ideal cronológico historicista é, em geral, construído a partir de um impulso acrítico de acumulação desses despojos, na constituição de um inventário patrimonial.

Essa concepção de que devemos tudo lembrar, armazenar na memória, vai ao encontro da ideia de cultura como posse – acumulamos aquilo que acreditamos ter. Na visão benjaminiana, a historiografia tradicional geralmente contenta-se em analisar a produção das obras, isto é, sua inclusão em uma determinada circunstância temporal que permite explicar apenas uma parte de sua especificidade. Porém,

com isso, esquece-se da dialética friccional: o confronto entre tempo presente e tempo passado, entre a obra e sua transmissão, a própria cultura em movimento, em circulação ao longo dos anos.

O jornalismo, nessa esteira, contenta-se em realizar uma mediação da cultura atrelada ao presente circunstancial. A cultura mediada, então, tende a ser reflexo da temporalidade do próprio jornalismo, que a destitui de sua processualidade em nome de uma produtividade, muitas vezes, acrítica. Dessa forma, o jornalismo tende a tratar o passado como um objeto atemporal que pode ser acessado a partir de uma lembrança que irá reconstituir elemento por elemento de uma narrativa. No entanto, a cultura, como processo, não se discorre e nem se define exclusivamente no presente, ela escoo, é fruto de múltiplas tensões e sobreposições temporais.

O JORNALISMO SOB A TEMPORALIDADE DA MERCADORIA

Ao discorrer sobre a modernidade em “Paris, capital do século XIX” (1935), Benjamin se refere à emergência do capitalismo e à universalização do fenômeno do fetichismo. Com isso, menciona a criação publicitária e o advento do folhetim como produtos que estão a ponto de serem encaminhados ao mercado enquanto mercadorias. Desde então, o filósofo associa a informação jornalística a um bem de consumo. Sendo a informação jornalística uma mercadoria, ela também se torna um objeto de fetiche. Sobre isso, Benjamin (2014, p. 220) vincula em “O Narrador” (1936) a temporalidade da informação à novidade enquanto capital de relevância da imprensa: “A informação só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele”.

Na modernidade, a divisão do trabalho e sua temporalidade são igualmente assumidas em modos de produção como o do jornal, por exemplo. O sujeito moderno ao qual se destina o fetiche informacional, então, não somente está informado, mas também é um consumidor voraz e insaciável dessas novidades, em constante insatisfação. Sob essa perspectiva, trata-se de perceber como o próprio jornalismo se constitui, para Benjamin, como mais um espaço de temporalização da história tradicional. Ao estimular a temporalidade informacional, ele é o âmbito em que, muitas vezes, é denegado um passado distante em prol de um passado imediato. Assim, ao construir esse passado historicamente de forma rasa, sem contrapelo, não é realizado um movimento de fricção com o presente.

Contudo, em meio ao ceticismo diante dos rumos da imprensa, Benjamin também percebia nela uma potencialidade que poderia ser orientada a impulsionar mudanças sociais, tornar a imprensa um meio de emancipação. Nesse sentido, refletir sobre o próprio jornalismo, que naquela época começava a se alçar como uma nova linguagem verbal e escrita, significava refletir sobre seu impacto na própria linguagem e nas temporalidades do presente.

Assim, em março de 1934, no texto “O Jornal”, que chegou a ser incorporado em parte na fala de “O Autor como Produtor” (1934), Benjamin enxerga o espaço do jornal como um palco onde se davam a ver esses impactos: “A cena dessa confusão literária é o jornal; seu conteúdo, ‘matéria assujeitada’ que nega a si mesma qualquer outra forma de organização que aquela imposta pela impaciência do leitor. Pois a impaciência é o estado de espírito do leitor de jornal⁴⁸” (BENJAMIN, 2008, p. 359). Dessa forma, é o próprio conteúdo do jornal, o qual dá ao acontecimento um teor de relevância, que nega outras estruturas que não sejam as ditadas pela impaciência dos

48 “The scene of this literary confusion is the newspaper; its content, “subject matter” that denies itself any other form of organization than that imposed on it by the reader’s impatience. For impatience is the state of mind of the newspaper reader” (tradução nossa).

leitores. A impaciência, enquanto marca da inquietação e espírito de um tempo moderno, é a propulsora de um ritmo que norteia o modo de recepção do jornal – a qual determinava, também, sua própria organização e constituição.

Para Benjamin (2008, p. 359), “nada liga mais estreitamente o leitor ao seu jornal do que essa impaciência que tudo consome, seu anseio pela informação diária, a qual tem sido explorada por editores que estão constantemente inaugurando novas colunas para responder às perguntas, opiniões e protestos do leitor⁴⁹”. Era a impaciência dos leitores em ver seus interesses impressos que modulava a abertura de espaços no jornal para atender suas demandas e corresponder aos seus anseios. Em contrapartida, era essa potencialidade em transformar leitores em “autores” que chamava a atenção de Benjamin.

Apesar de identificar esse caráter político de emancipação por meio da autoria, Benjamin (2008, p. 359) percebe um movimento dialético nesse processo: ao restaurar-se em uma imprensa mais coletiva, “a escrita ganha em amplitude o que perde em profundidade⁵⁰”. Assim, ao perder em profundidade, a distinção convencional entre autor e público que a imprensa mantém tende a desaparecer. Em constante perspectiva dialética, Benjamin mantinha certo ceticismo com relação à imprensa, pensando-a duplamente enquanto técnica formatada possivelmente a serviço de forças ideológicas como o fascismo; mas, também, capaz de impulsionar mudanças sociais e atuar a serviço das massas. No curtíssimo texto “Jornalismo”, publicado em junho de 1927, o autor dá pistas sobre sua crença no poder da imprensa:

Entre os Escolásticos medievais, havia uma escola que descrevia a onipotência de Deus dizendo: Ele podia alterar

49 “(...) nothing binds the reader more tightly to his paper than this all-consuming impatience, his longing for daily nourishment, has long been exploited by publishers, who are constantly inaugurating new columns to address the reader’s questions, opinions, and protests” (tradução nossa).

50 “(...) writing gains in breadth what it loses in depth” (tradução nossa).

até mesmo o passado, desfazer o que realmente acontecera e tornar real o que nunca havia acontecido. Como podemos ver, no caso de editores de jornais esclarecidos, Deus não é necessário para essa tarefa; um burocrata é tudo o que é necessário⁵¹ (BENJAMIN, 2008, p. 353).

Ironizando essa suposta onipotência, o autor já se mostrava atento ao poder de criação do jornalismo e às suas capacidades técnicas, as quais, conforme pontuou, eram capazes de criar um presente, modificar o passado e ditar um possível futuro. O jornal, no entanto, a partir de uma recepção individual e de seu caráter perecível, tem a leitura realizada, em geral, durante um curto período, simultaneamente, por um número muito grande de pessoas.

No curto texto “Jornalismo”, o filósofo, em 1927, menciona o autor austríaco Karl Kraus⁵², a quem irá dedicar um extenso ensaio publicado ao longo de 1931. Kraus, jornalista, crítico, poeta, ensaísta – em meio às múltiplas atividades – foi referência para Benjamin em seus estudos sobre crítica, imprensa e linguagem. No ensaio intitulado “Karl Kraus”, Benjamin (2008, p. 363) pensa, juntamente ao autor, sobre como o jornalismo é a “expressão da transformação da linguagem no mundo do alto capitalismo⁵³”.

Esse processo de transformação faz despertar um estranhamento sobre algumas noções em emergência naquele momento, tal qual a ideia de atualidade, tomada pela imprensa e acolhida pelos leitores. Para Kraus, a atualidade incansavelmente reproduzida e repetida nos jornais diários era a causa direta da perda de imaginação por

51 “Among the medieval Scholastics, there was a school that described God’s omnipotence by saying: He could alter even the past, unmake what had really happened, and make real what had never happened. As we can see, in the case of enlightened newspaper editors, God is not needed for this task; a bureaucrat is all that is required” (tradução nossa).

52 Benjamin se aproximou da escrita de Karl Kraus em 1916, quando seu amigo Gerhard Scholem lhe enviou alguns poemas do autor vienense. A partir deste momento, Benjamin sentirá uma contínua e contraditória admiração por Kraus.

53 “(...) the expression of the changed function of language in the world of high capitalism” (tradução nossa).

parte dos leitores. Benjamin identifica, assim, que a tendência das massas em aproximar espacialmente e temporalmente as coisas por meio da reprodutibilidade e da imediatez vai de encontro a uma das características principais da sua ideia de aura – o sentido de longínquo⁵⁴. A atualidade, então, era uma resposta a um apelo ao presente, à busca contínua de notícias que pudessem ser transmitidas a um público sedento por novidades imediatas ao alcance das mãos.

Assim, Benjamin sugere que as sensações sempre iguais servidas ao público em nome da atualidade sejam renovadas pela lamentação contínua e eternamente renovada: “Para as sempre repetidas sensações com que a imprensa diária serve o seu público, ele [Kraus] se opõe à eternamente nova ‘notícia’ da história da criação: o lamento contínuo e eternamente renovado⁵⁵” (BENJAMIN, 2008, p. 369). Para os autores, a constante luta crítica contra a homogeneização das sensações, propagada pela imprensa, é a única forma de deter a corrente evenemencial contínua.

Em Benjamin, a consciência de que a história do progresso é identificada com a história da barbárie revela que a única maneira possível de criticá-la é a negação da continuidade de acontecimentos sequenciais ao longo de um tempo homogêneo e vazio. O autor explica, citando Kraus:

A imprensa é um mensageiro? Não: é o acontecimento. É discurso? Não: vida. A imprensa não apenas reivindica que os acontecimentos verdadeiros são notícias dos acontecimentos, mas também traz uma identificação sinistra que constantemente

54 Na 5ª versão de “A obra de arte na época da possibilidade de sua reprodução técnica”, o autor define aura como “o aparecimento único de algo distante, por mais perto que esteja” (BENJAMIN, 2017, p. 17). Em outras traduções, o “distante” traduz-se por “longínquo”.

55 “To the ever-repeated sensations with which the daily press serves its public, he opposes the eternally fresh ‘news’ of the history of creation: the eternally renewed, uninterrupted lament” (tradução nossa).

cria a ilusão de que ações são relatadas antes de serem realizadas⁵⁶ (BENJAMIN, 2008, p. 369).

Kraus explica, e Benjamin endossa, que as notícias sobre os acontecimentos se tornam o próprio acontecimento real na medida em que se repetem continuamente. Assim, a imprensa está subordinada ao encaminhamento de fatos que culminem no acontecimento. É, portanto, a disseminação de um evento, em vez do seu conteúdo em si, que a imprensa é capaz de disseminar em ritmo mais rápido. Esses acontecimentos criados, aparentemente vazios de significado, no entanto, são referidos por Benjamin (2008, p. 363) como “a marca que torna um pensamento comerciável”, ou seja, que o torna capaz de se vender por expressões floreadas e opiniões infundadas – impedindo um movimento real de reflexão. A reprodução desses acontecimentos torna-se, então, um instrumento da produtividade fabril.

O DECLÍNIO DA CRÍTICA E DO MEDIUM-DE-REFLEXÃO

Segundo Benjamin, a chegada constante de acontecimentos elimina a capacidade de reflexão autônoma dos leitores por outorgar um caráter supostamente público, de domínio comum, que é muitas vezes fruto de interesses particulares da própria imprensa. Ao perceber esse declínio da reflexão, Benjamin aponta o despreparo dos críticos da época, os quais, segundo o autor, “são incapazes de dar conta da função social de seus escritos e, por conseguinte, em suas relações com os editores, eles não são mais capazes de refletir sobre sua função” (BENJAMIN, 2008, p. 355).

56 “Is the press a messenger? No: it is the event. Is it speech? No: life. The press not only claims that the true events are its news of events, but it also brings about a sinister identification that constantly creates the illusion that deeds are reported before they are carried out” (tradução nossa).

Para Kraus, as opiniões produzidas por jornalistas e críticos eram concebidas como meros objetos que podiam ser difundidos entre a população, fato que não possibilitava o entendimento dos eventos que os circundavam. Para o autor, o pensamento era resultado da reflexão – se as opiniões se tornam mero produto, não há uma crítica real. Rechaçando a polêmica e a parcialidade na crítica, os autores analisam que, até então, para reprovar um livro, a crítica recorria essencialmente a ataques diretos aos autores. No que seria uma boa crítica, então, não deveria dominar a nota pessoal, ou seja, um juízo particular que configura uma objetividade crítica. Essa objetividade, segundo Benjamin (2018, p. 126) é fruto de uma “prática de resenha com que o jornalismo aniquilou a crítica”. O jornalismo, assim, tendo em vista a sua temporalidade e seu discurso informacional, tenderia a reproduzir juízos de gosto baseando-se em opiniões parciais que visavam o produto e um resumo do seu conteúdo.

Diferindo-se do que é apresentado pelo jornalismo, o grande crítico seria aquele que, através do seu texto, dá aos outros a possibilidade de formar uma opinião sobre a obra, em vez de ser ele a apresentá-la. Numa ideia de “crítica verdadeira”, o juízo propriamente dito é o último a chegar, e nunca a base do seu trabalho. A situação ideal, então, seria aquela em que o crítico se esquece de emitir um juízo explícito.

De acordo com Benjamin (2018), uma boa crítica tem, no máximo, duas partes: o comentário crítico e a citação. A citação da obra é, para o filósofo, o rastro que nega a progressão de um tempo linear, no qual o passado tende a ser progressivamente abolido. Ela pode mostrar possíveis leituras obscurecidas e, também, questionar possibilidades de leituras e usos realizados pela fortuna crítica, propondo reconduzir um pensamento a destinos ainda não imaginados. Assim, ao retirar a citação de seu contexto “original” e recontextualizá-la na crítica, abre-se a possibilidade de desvio, curva e ressignificação, ou seja: abre-

se a possibilidade de um ideal de origem por meio da crítica, meta pensada tanto por Kraus quanto por Benjamin.

Por meio da citação, ao arrancar um excerto de seu contexto, Kraus não sugere a sua conservação, mas a esperança de que algo do tempo irá sobreviver, reconfigurado a partir de novas percepções vindouras. O comentário crítico, portanto, será um complemento, uma produção escrita que deriva da própria obra, escrita por alguém que participa ativamente dela, enquanto pensa e cria algo novo. Para Benjamin, é nesse processo que consiste a tarefa do crítico: ler o que nunca foi escrito, ou seja, encontrar novas associações a partir de um entendimento da linguagem como um arquivo que pode ser acessado em diferentes tempos. O que é preciso, segundo Benjamin, é “seguir o caminho de uma crítica materialista que coloque os livros no contexto do seu tempo” (BENJAMIN, 2018, p. 113). Em contraposição a isso, a crítica literária acadêmica e burguesa da época tendia a procurar uma suposta verdade em ideias eternas e valores atemporais, em vez de captar o conteúdo, o teor de verdade, na própria historicidade da obra.

É à revelia dessa perspectiva tradicional que Benjamin entende a crítica como um *medium-de-reflexão*⁵⁷, tema central que foi desenvolvido em sua tese de doutorado, “O Conceito de Crítica de Arte no Romantismo Alemão”, do qual Benjamin partiu para pensar uma revitalização da crítica na sua época, ainda em 1919. O autor, nesse conceito, propõe através do termo *medium* a noção de um elemento transmissor, da própria transmissão, sendo então a crítica como uma manifestação da reflexão. Para o autor, há um constante movimento entre múltiplos sentidos e a própria obra, os quais conectam-se por meio da atividade reflexiva. Então, a obra, em si, contém elementos suficientes para construir sua própria crítica, feita por meio de conexões que vêm em fluxo.

57 Encontramos algumas traduções possíveis em meio à vasta fortuna crítica benjaminiana e escolhemos “*medium-de-reflexão*” (*Reflexionsmedium*), de Márcio Seligmann-Silva.

Divergindo das tendências da época e, por vezes, ainda atuais, deve-se evitar em absoluto o que o autor chama de “resumo do conteúdo” das obras. Para ele, é preferível que se explore ao máximo a crítica baseada apenas em citações do que seja feita uma sinopse do livro, por exemplo. Considerando uma orientação à crítica vindoura e ainda entusiasmado pelas ideias de Kraus, Benjamin situa de que forma os críticos vinham atuando no espaço de leitura na Alemanha da época. De acordo com o autor,

O ‘público’ vê na literatura um modo de entretenimento, uma forma de animar ou aprofundar o convívio social, um passatempo, em sentido mais ou menos elevado. Os ‘círculos’ veem nela livros que ensinam a viver, fontes de sabedoria, estatutos das suas pequenas e abençoadas associações. A crítica tem-se ocupado até agora – de forma injusta – quase só com aquilo que se situa no espaço do ‘público’ (BENJAMIN, 2018, p. 108).

É imprescindível destacar o quanto essa descrição se assemelha ao que identificamos atualmente em cadernos e revistas que atendem ao tema cultural. A crítica, em geral, vem sendo planejada em prol de atender a uma perspectiva diversional, cada vez mais sucinta e objetificada, voltada à dimensão da obra exclusivamente enquanto mercadoria a ser consumida pelo que Benjamin chama de “público”. Percebemos, então, que a crítica que serve ao público serve igualmente a uma temporalidade específica, a qual é orientada pela mercadoria e pelo capital. No jornalismo, a objetividade e o caráter documental se chocam com a autoridade e o teor de verdade propostos pela crítica benjaminiana. Assim, quanto mais acentua-se essas características, mais distantes estamos da crítica e de um jornalismo de cultura que sirva como medium-de-reflexão.

Ao criticar a objetividade, Benjamin critica a prática de resenhas, por meio da qual o jornalismo aniquilou a crítica. O filósofo explica que, nos produtos que estão circunscritos por esse ideal de objetividade, o ato crítico, que deveria ser genuíno, vai sempre dar lugar a uma reação

temperamental da figura de um crítico. Esse tipo de crítico, segundo Benjamin (2018, p. 126), “é apenas a expressão do zelo servil com que o jornalista cultural satisfaz a sua necessidade de figuras marcantes, temperamentos fortes, gênios originais e personalidades”. Com sarcasmo, o filósofo faz menção a características já pujantes na esfera do jornalismo de cultura, como a personalização, o culto ao gênio e a celebração de artistas.

O autor segue com a crítica: “A honestidade dessa estirpe de crítico é puro fogo de artifício; e quanto mais fundo for o tom de convicção, tanto mais fétido é o seu hálito” (BENJAMIN, 2018, p. 126). Percebe-se que ao censurar o tom de convicção nesses escritos, configura-se uma crítica sobre a incapacidade de utilizar a crítica para abrir a obra, enquanto contiguidade, continuação e medium-de-reflexão. A convicção mina a processualidade e a abertura ao outro, à construção de um pensamento crítico conjunto, político.

A crítica à convicção perpassa também a necessidade por juízos e opiniões imediatos, combinados com a impaciência do leitor, que procura novas verdades prontas ao consumo. É assim que as críticas, ao encontrarem-se com a temporalidade da imprensa, postulam um falso imediatismo entre uma obra escrita no passado e a nossa compreensão presente, tendendo a apagar diferenças históricas e a criar essa ideia de um presente eterno ou de um passado sempre atual. A procura da verdade, enquanto obra do julgamento crítico, exige um decifrar paciente da distância histórica, de acordo com o que vimos até aqui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o jornalismo a partir da crítica benjaminiana e sob a luz do materialismo histórico significa renovar a percepção do autor para

além de alguns estigmas já datados, que partem do texto “O Narrador” para afirmar que Benjamin condena a expressão jornalística e suas formas de narrar. O filósofo, no entanto, pensa o jornalismo como uma forma de narrar que estava em emergência no início do século XX, a qual levou ao declínio da narrativa tradicional. Sabe-se, ainda, que Benjamin, pensando a imprensa e o mercado editorial de forma disruptiva, propôs fundar dois periódicos à época, as revistas *Krise und Kritik* e *Angelus Novus*, ambas com viés crítico e literário.

Igualmente, as reflexões de Benjamin sobre a imprensa foram formadas por sua própria extensa experiência em publicações de circulação em massa, como o *Frankfurter Zeitung*, em que publicou também com pseudônimos. Seus textos teóricos sobre rádio, jornalismo e crítica – embora fiquem à sombra de seus trabalhos canônicos – estão sobremaneira ligados ao seu trabalho diretamente com a imprensa. Os escritos como jornalista freelancer permitiram-no formular, de maneira exploratória, ideias de longo alcance sobre a transformação da mídia e suas tecnologias associadas ao mesmo tempo em que se engajava criticamente com essas mudanças.

Desse olhar crítico benjaminiano, observamos que a reflexão implica uma temporalidade distinta da que é exigida à reprodução. O olhar e a percepção que geram um pensar reflexivo são os mediadores do jornalismo cultural e da crítica – a qual, de forma processual, formativa e conjunta, pode dar continuidade à obra. A vivência superficial da cultura que muitas vezes o jornalismo nos submete é, portanto, um espelho da temporalidade que o envolve, cuja memória produzida tende a ser cerceada e condenada ao esquecimento. Contudo, o jornalismo cultural, enquanto principal mediador na imprensa da arte e da crítica, contém em si a faculdade de auscultar o passado denegado pela temporalidade da mercadoria e voltar a se entusiasmar com ele, intensificando-o, levando-o adiante e tornando-o uma realidade mais efetiva e vigorosa.

Ao possibilitar o contato com uma temporalidade friccional distinta, o conteúdo de cultura na imprensa tende a se destacar em meio às típicas exigências de novidade e imediatismo – conforme vimos, atuais desde os escritos de Benjamin. É nesse movimento histórico e dialético que conseguimos perceber que afirmações e críticas aparentemente anacrônicas sobre o jornalismo ainda se confirmam na forma que o gênero se configura atualmente. Observamos, então, que o declínio da crítica é, também, o mesmo declínio do medium-de-reflexão, ou seja, da própria manifestação da reflexão.

Quando participa exclusivamente do ciclo de produtividade noticioso por meio da agenda, o jornalismo cultural, portanto, colabora com o apagamento sistemático do passado e contribui como parte da construção de um presente fantasmagórico. Dessa maneira, o passado tende a ser englobado por um processo de financeirização e mercantilização: um passado que atua exclusivamente em função do presente. É como se o passado existisse unicamente para cumprir metas, anseios e objetivos do presente – há uma objetificação desse passado. A memória, assim, como resposta a essa objetificação, já esvaziada, oscila ao capricho das razões do presente, no tempo da mercadoria.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. *The Work of Art in the Age of Its Technological Reproducibility, and Other Writings on Media*. England: Harvard University Press, 2008.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 2014.

BENJAMIN, Walter. *Baudelaire e a modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

BENJAMIN, Walter. Linguagem Tradução Literatura. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

HARTOG, François. Time and heritage. *Museum International*, Paris, v. 57, p. 7-18, 2005.

WAHL-JORGENSEN, Karin. Challenging presentism in journalism studies: An emotional life history approach to understanding the lived experience of journalists. *Journalism*, 20(5), p. 670-678, 2019.